



INFORMAÇÃO

Com o objectivo de garantir elevados padrões de qualidade e eficácia no desempenho das funções dos Oficiais de Justiça, o Sindicato dos Oficiais de Justiça procedeu à actualização e publicação da seguinte legislação:

Pasta Civil

- **Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro**

Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o DL n.º 287/2003, de 12/11, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial.

- **Decreto Lei n.º 38/2003, de 8 de Março**

Altera o Código de Processo Civil, o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, o Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), o Código de Processo do Trabalho, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexas, alterando o regime jurídico da acção executiva.

- **Portaria n.º 51/2005, de 20 de Janeiro**

Aprova o montante fixo de remuneração do administrador da insolvência nomeado pelo juiz, bem como as tabelas relativas ao montante variável de tal remuneração, em função dos resultados obtidos.

- **Decreto Lei n.º 165/2009, de 22 de Julho**

Regula aspectos relativos ao funcionamento da Comissão para a Eficácia das Execuções, criada através do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro, nomeadamente quanto à repartição de encargos.

Pasta Penal

- **Lei n.º 104/2009 de 14 de Setembro**

Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica. Cria a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, estabelecendo as suas atribuições e competências, assim como as dos seus membros, e dispendo sobre a sua gestão financeira. Determina a extinção da Comissão para a Instrução dos Pedidos de Indemnização às Vítimas de Crimes Violentos, criada pelo Decreto-Lei n.º 423/91 de 30 de Outubro.

- **Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro**

Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.

- **Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro**

Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas.

- **Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro**

Estabelece medidas de protecção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto.

- **Lei n.º 114/2009, de 22 de Setembro**

Altera (terceira alteração) a Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto, que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, adaptando o regime de identificação criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas.

- **Decreto Lei n.º 288/2009, de 8 de Outubro**

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 381/98, de 27 de Novembro, que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal e de contumazes, e altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 62/99, de 2 de Março, que regula os ficheiros informáticos em matéria de identificação criminal e de contumazes.



Sindicato dos Oficiais de Justiça

Pasta Família

- Decreto Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro

Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo.

- Decreto Lei n.º 12/2008, de 17 de Janeiro

Regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em perigo, respeitantes ao apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar, à confiança a pessoa idónea e ao apoio para a autonomia de vida, previstas na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

- Lei n.º 108/2009, de 14 de Setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de Janeiro, que regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em perigo, respeitantes ao apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar, à confiança a pessoa idónea e ao apoio para a autonomia de vida, previstas na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Pasta Insolvência

- Estatuto do Administrador da Insolvência

Pasta Geral

- Portaria n.º 1244/2009, de 13 de Outubro

Determina a aplicação em vários tribunais do regime processual civil de natureza experimental (RPCE).

- Estatuto da Câmara dos Solicitadores

17.12.2009